

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS – CPI FUNAI e INCRA 2

REQUERIMENTO Nº DE 2016

(Do Sr. Paulão e outros)

Requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVITE ao Dr. Carlos Augusto Schwengber, Delegado da Policia Federal responsável pela investigação que resultou na Operação Theatrum.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, e na forma prevista pelo art. 36, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que ouvido o plenário desta Comissão o convite ao Dr. Carlos Augusto Schengber, Delegado da Policia Federal responsável pela investigação que resultou na Operação Theatrum.

JUSTIFICAÇÃO

A Policia Federal no Estado do Mato Grosso deflagrou no dia 18 de outubro a Operação Theatrum, para desarticular um suposto esquema de corrupção envolvendo servidores do Incra, fazendeiros e políticos do Mato Grosso. A investigação foi coordenada pelo Delegado Carlos Augusto e foi registrada pela imprensa, conforme matérias abaixo.

<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/10/pf-investiga-compra-de-fiscalizacao-em-projeto-de-assentamento-em-mt.html>

18/10/2016 10h14 - Atualizado em 18/10/2016 12h30

PF investiga 'compra' de fiscalização de lotes em projeto de assentamento

Operação Theatrum visa a cumprir mandados em MT, MG, DF e PR.

Esquema teria participação de políticos, fazendeiros e servidores do Incra.

Do G1 MT

A Polícia Federal cumpre nesta terça-feira (18), em Mato Grosso, mandados de busca e apreensão e de condução coercitiva contra um suposto esquema de corrupção envolvendo servidores públicos do Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), fazendeiros e políticos do estado. Segundo a PF, os crimes ocorreriam na compra de fiscalização do assentamento Tapurah/Itanhangá, com resultados acertados previamente. O caso é investigado pela operação Theatrum.

As irregularidades foram denunciadas por fiscais do Incra e por assentados que se recusaram a participar do esquema. Parte dos suspeitos já foi investigada e indiciada pela operação Terra Prometida, deflagrada pela PF em novembro de 2014.

Dezessete mandados de busca e apreensão e de condução coercitiva deverão ser cumpridos em Cuiabá, Sinop, Diamantino, Itanhangá e Ipiranga do Norte, e em Planaltinha (DF), Guaíra (PR) e Belo Horizonte (MG). As ordens judiciais foram expedidas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, onde tramita o inquérito, já que três investigados têm foro privilegiado.

A suspeita da PF é que a supervisão ocupacional do projeto de assentamento, entre os anos de 2015 e 2016, tenha sido feita de forma fraudulenta, para validar ocupações irregulares. Assim, assentados 'laranjas' conseguiram transferir formalmente a propriedade do imóvel para fazendeiros que haviam comprado de forma ilegal.

O esquema

Cada lote do assentamento seria vendido por R\$ 2 milhões. No total, a área tem 1.149 lotes com aproximadamente 100 hectares cada. Conforme as investigações, em setembro de 2015, políticos, fazendeiros e representantes dos assentados fizeram uma reunião com o Incra em Brasília para fazer uma supervisão ocupacional no projeto do assentamento e também para substituir o servidor que já estava indicado para coordenar os trabalhos.

O novo coordenador do grupo de trabalho, indicado pelos suspeitos, começou o trabalho poucos dias depois, mas as fiscalizações foram questionadas por fiscais da equipe, que denunciaram o caso para a PF. Depois, esses fiscais foram substituídos por outros servidores.

Entre as irregularidades denunciadas, estava o tratamento diferenciado para algumas autoridades e fazendeiros locais e a divulgação da data de fiscalização dos lotes do assentamento, inclusive com a ajuda dos políticos locais que foram a Brasília pedir a fiscalização.

Com isso, os fazendeiros convocavam seus 'laranjas' para comparecer no lote na data marcada para a fiscalização, pagando as despesas de viagem e dando outras vantagens. Segundo a PF, muitos desses 'laranjas' são os beneficiários dos lotes do

Incra. Após venderem a parcela, eles se mudaram da região mas continuaram mantendo seus nomes como ocupantes da área.

Depois de 10 anos de titulação da área, o Incra faz a baixa das condições resolutivas do título de domínio e o imóvel rural passa a ser do assentado, que pode inclusive vender a área de forma lícita. Mas, para comprovação do cumprimento das condições pelos assentados, é necessária uma última fiscalização após o decurso desse prazo. No caso do projeto de assentamento Tapurah/Itanhangá, isso ocorreu no ano de 2015 para a maioria dos lotes.

<http://www.agoramt.com.br/2016/10/operacao-theatrum-pf-vasculha-e-apreende-documentos-em-gabinete-de-deputado/>

Operação Theatrum | PF vasculha e apreende documentos em gabinete de deputado

Destaques Política 18 de outubro de 2016, 10:11 Da redação

A operação Theatrum foi deflagrada na manhã desta terça-feira (18) pela Polícia Federal com o foco de desarticular um esquema de corrupção envolvendo servidores públicos do Incra (Instituto de Colonização e Reforça Agrária), fazendeiros e políticos em Mato Grosso. Estão sendo cumpridos 17 mandados de busca e apreensão e 17 mandados de condução coercitiva em Cuiabá, Sinop, Diamantino, Itanhangá, Ipiranga do Norte, Planaltina (DF), Guáira (PR) e Belo Horizonte (MG).

O Tribunal Regional Federal da 1ª região foi quem expediu os mandados, local onde tramita o inquérito, em virtude de três investigados possuírem foro por prerrogativa de função. O esquema tem como base a ‘compra de fiscalização’ com resultado previamente acertado.

Já foi cumprida uma busca e apreensão de documentos no gabinete do deputado estadual Dilmar Dal Bosco (DEM).

As investigações apontaram que em setembro de 2015, políticos de Mato Grosso, fazendeiros de Itanhangá e representantes dos assentados, muitos deles investigados e já indiciados na Operação Terra Prometida, realizaram uma reunião com o Incra em Brasília com o objetivo de desencadear uma supervisão ocupacional no Projeto de Assentamento Tapurah/Itanhangá, bem como, de substituir o servidor que estava previamente indicado para a coordenação dos trabalhos.

Em poucos dias, o Incra iniciou a supervisão ocupacional do assentamento, porém, os métodos do novo coordenador do grupo de trabalho, colocado a pedido dos investigados, tornaram as fiscalizações inócuas e foram objeto de duros questionamento por alguns fiscais da equipe, os quais denunciaram as irregularidades à Polícia Federal e mais tarde foram substituídos por outros servidores.

Entre os citados métodos, estava a ampla divulgação da data de fiscalização dos lotes do assentamento, inclusive com a ajuda dos políticos locais que foram a Brasília pedir a

fiscalização. Além disso, segundo depoimento de testemunhas, o coordenador realizava fiscalizações com tratamento diferenciado para determinadas autoridades e fazendeiros locais.

Isso possibilitou que aos fazendeiros que hoje ocupam e exploram irregularmente o imóvel convocassem seus “laranjas” para comparecimento no lote na data marcada para a fiscalização, pagando-lhes todas as despesas de viagem, além de outras vantagens. Dessa forma, a fiscalização do maior assentamento da América Latina se tornou um verdadeiro “teatro”, termo esse utilizado por assentados que se recusaram a participar da farsa e comunicaram à Polícia Federal. Muitos desses “laranjas” são os beneficiários dos lotes do Incra, que, após venderem a parcela, mudaram-se da região, mas continuaram mantendo seus nomes como ocupantes da área, visando enganar o Incra.

Isso porque, após decorridos 10 anos da titulação da área, o Incra procede à baixa das condições resolutivas do título de domínio e o imóvel rural passa a ser do assentado, podendo ele inclusive vender a área de forma lícita. Contudo, para comprovação do cumprimento das condições pelos assentados é necessária uma última fiscalização após o decurso desse prazo, que, no caso do PA Tapurah/Itanhangá, ocorreu no ano de 2015 (para a maioria dos lotes).

A Polícia Federal acredita que a supervisão ocupacional do PA Tapurah/Itanhangá, iniciada em 2015 e concluída 2016, tinha como finalidade a convalidação das ocupações irregulares, com a consequente baixa das condições resolutivas do título de domínio, o que permitiria que o assentado “laranja” transferisse formalmente a propriedade do imóvel para o fazendeiro, que já o adquiriu de forma ilegal.

Segundo informações obtidas pela Polícia Federal, cada lote do citado assentamento é comercializado por R\$ 2 milhões. No âmbito da Operação Terra Prometida, deflagrada em 2014, foi apreendido um contrato de compra e venda de um lote comercializado em 2013 pelo valor de R\$ 1,6 milhão. O assentamento possui 1.149 lotes de aproximadamente 100 hectare cada, informa a assessoria da PF.

Para tanto solicitamos o apoio aos nobres Deputados para a aprovação deste requerimento, que contribuirá para o desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão.

Sala da Comissão, em 09 de novembro de 2016.

Dep. Paulão

PT – AL

Dep. Erika Kokay

PT - DF

Dep. Nilto Tatto

PT – SP

Dep. Valmir Assunção

PT - BA

Dep. Marcon

PT - RS

Dep. Patrus Ananias

PT - MG